

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.966 - PR (2019/0210390-8)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**PROCURADOR : LIA CORREIA E OUTRO(S) - PR028052**  
**AGRAVADO : M H DA S R (MENOR)**  
**REPR. POR : JULIANA CLEMENTE DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo **Município de Londrina** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 261):

*DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA EM NOMINADA "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA VAGA EM CRECHE". OBJETIVANDO A MATRÍCULA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE VAGAS. NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS QUE ASSEGURAM O DIREITO À EDUCAÇÃO. VIOLAÇÃO A DIREITO CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDO, QUE NÃO SE SUJEITA À DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA - CRIANÇA DE ATÉ CINCO ANOS DE IDADE - RE 956475/RJ - DEVER DO PODER PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS - SUCUMBÊNCIA RECURSAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - §º11 DO ART. 85 DO CPC/2015 - APRECIÇÃO EQUITATIVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA EM REMESSA NECESSÁRIA.*

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 4º, I e X, 5º, §§ 2º e 4º, e 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; 2º, § 1º, e 4º do Decreto-Lei 4.657/1942; e 3º e 10 do Plano Nacional de Educação. Sustenta, em resumo, que *"a parte recorrida não possui direito público subjetivo de frequentar a rede pública de ensino antes de completar quatro anos de idade, ou seja, não pode ser exigida a sua inserção no Sistema de Educação Infantil"* (fl. 296).

# Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo sobrestamento do feito (fls. 429/431).

## É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Quanto à matéria de fundo, qual seja, o dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade, ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no **AI 761.908 RG / SC - Tema 548** (posteriormente substituído pelo **RE 1.008.166**), julgado que recebeu a seguinte ementa:

*Auto-aplicabilidade do art. 208, IV, da Constituição Federal. Dever do Estado de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.*  
(**AI 761.908 RG**, Relator(a): Min. Luiz Fux, julgado em 24/5/2012, Acórdão Eletrônico DJe-155 DIVULG 7/8/2012 PUBLIC 8/8/2012)

Note-se que, em recursos versando sobre temas afetados à repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos aos Tribunais de origem, para aguardar o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito:

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE) INCIDENTES SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR. LEIS 10.168/2000 E 10.332/2001. AFETAÇÃO SUPERVENIENTE DO TEMA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.**

1. No âmbito do Plenário Virtual, o Supremo Tribunal Federal decidiu por maioria afetar a presente controvérsia à sistemática da repercussão geral em momento posterior ao julgamento do acórdão recorrido. Tema 914: RE-RG 928.943, de relatoria do Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 13.09.2016.

2. Em decorrência de fato jurídico superveniente, a sistemática de precedentes obrigatórios impõe a devolução ao Tribunal de origem dos presentes autos para que o feito seja sobrestado até a definição do mérito do Tema.

3. Embargos de declaração providos, para fins de infirmar a

# Superior Tribunal de Justiça

*cadeia processual construída em sede extraordinária no presente processo e*

*determinar a devolução dos autos à origem, nos termos dos arts. 1.036 do CPC/15 e 328 do RISTF.*

**(ARE 934.095 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016)**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO \_ REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA \_ PROCESSO VERSANDO A MATÉRIA \_ SOBRESTAMENTO \_ MANUTENÇÃO.** *O tema atinente à constitucionalidade da cobrança de contribuições sociais em face das*

*atividades das cooperativas em geral, tendo em conta a distinção entre ato cooperativo típico e ato cooperativo atípico, teve repercussão geral admitida pelo denominado Plenário Virtual no Recurso Extraordinário nº 672.215/CE, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. A matéria de fundo, tanto no mencionado recurso como neste extraordinário, diz respeito à definição da incidência ou não desses tributos sobre as receitas decorrentes de tais atos. Impõe-se aguardar o julgamento do mérito do paradigma, considerados o regime da repercussão geral, presentes os processos múltiplos, e a possibilidade de revisão do entendimento.*

**(RE 594.695 AgR-AgR, Relator(a): Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/5/2015)**

*Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Legitimidade da cobrança de PIS e COFINS, tendo por fato gerador a locação de bens imóveis. Matéria constitucional. Repercussão geral reconhecida. RE-RG 599.658. 3. Embargos de declaração acolhidos para determinar a devolução à origem com base no disposto no art. 543-B do CPC.*

**(RE 543.799 AgR-ED, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015)**

Assim, em razão de economia processual e para se evitar a prolação pelo STJ de provimentos jurisdicionais em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, é conveniente que a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o esgotamento da competência do Tribunal de origem, que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária após o julgamento do recurso extraordinário, sobre o mesmo tema, afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

**ANTE O EXPOSTO**, nos termos da fundamentação, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**

